

Revista Fundação JP: dilemas do desenvolvimento e do planejamento na década de 1970 em Minas Gerais

JP Foundation journal: development and planning dilemmas in the 1970's in Minas Gerais

Gabriel do Carmo Lacerda*

<https://orcid.org/0000-0002-8933-1150>

Resumo

O presente texto se insere na literatura que tem retomado as experiências e institucionalidades acerca do planejamento urbano-regional durante a ditadura civil-militar brasileira. Aqui é estudada a Revista Fundação JP, editada pela Fundação João Pinheiro (FJP) – instituição criada em 1969 para produção de estudos e estatísticas que auxiliassem o desenvolvimento mineiro – durante a década de 1970, quando a temática se organizou e consolidou no aparelho estatal mineiro. O estudo das publicações acerca da temática do planejamento e do desenvolvimento na Revista Fundação JP é ilustrativo, pois demonstra as mudanças de enfoques dado o contexto mineiro e nacional, a pluralidade de referenciais teórico-metodológicos e os debates acerca dos caminhos tomados. Assim, seu estudo auxilia na compreensão dos processos de consolidação institucional das questões do planejamento e da ação estatal no âmbito das políticas urbanas e regionais.

Palavras-chave: Planejamento Urbano-Regional; Minas Gerais; Revista Fundação JP; Desenvolvimento; Instituições.

Abstract

The present paper is part of the literature that has resumed the experiences and institutionalities about urban-regional planning during the Brazilian civil-military dictatorship. Here, the Revista Fundação JP is studied, edited by Fundação João Pinheiro (FJP) – an institution created in 1969 to produce studies and statistics that would help the development of Minas Gerais – during the 1970s, when the theme was organized and consolidated in the state apparatus of Minas Gerais. The study of publications on the theme of planning and development in Revista Fundação JP is illustrative, as it demonstrates the changes in focus given the Minas Gerais and national context, the plurality

*Doutorando em Economia no Cedeplar-UFMG. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Ippur-UFRJ. Assistente de pesquisa na Coordenação de Habitação e Saneamento da Fundação João Pinheiro (MG). E-mail: gdclacerda@gmail.com.

of theoretical-methodological references and the debates about the paths taken. Thus, its study helps in understanding the processes of institutional consolidation of issues of planning and state action within the scope of urban and regional policies.

Keywords: Urban-Regional Planning; Minas Gerais; Revista Fundação JP; Development; Institutions

Introdução

O presente trabalho se insere na literatura que tem buscado reavaliar o ciclo de institucionalização e ação das políticas urbano-regionais durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985). Essa literatura tem revisitado tanto as iniciativas federais – como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo¹ (Serfhou), a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana² (CNPUR) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano³ (CNDU) (FELDMAN, 2019) – quanto as experiências estaduais (VIZIOLI, 1998; VERRI, 2014) e regionais (FREITAG; FARIA, 2021) de repercussão dos planos elaborados no período. Os trabalhos também têm destacado os efeitos de longa duração, seja de implementação incremental dos planos locais (FERREIRA, 1998), seja de pioneirismo teórico-metodológico dos trabalhos (RAMALHO, 2021), seja de implicações de estruturação espacial regional e estadual dos planos regionais (TAVARES, 2021).

Nesse sentido, a *Revista Fundação JP*⁴, lançada em 1971, é uma fonte privilegiada para as discussões acerca das metodologias e ações de planejamento urbano, regional e metropolitano, tanto mineiro quanto nacional, durante os anos 1970. Principalmente se considerarmos o lugar da Fundação João Pinheiro (FJP) e, conseqüentemente, da sua *Revista* no horizonte mais amplo de montagem institucional estadual no sentido da industrialização e modernização do estado de Minas Gerais (DINIZ, 1981) frente ao seu atraso

¹ BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

² BRASIL, Decreto nº 74.156, de 6 de junho de 1974, Cria a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPUR e dá outras providências.

³ BRASIL, Decreto nº 83.355, de 20 de abril de 1979, Cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e dá outras providências.

⁴ Todas as edições da *Revista Fundação JP* estão digitalizadas e se encontram no sítio eletrônico: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/>. A ordem de todos os fascículos e os respectivos tomos digitais também podem ser consultados no sítio eletrônico da Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade, da Fundação João Pinheiro: <https://biblioteca.fjp.mg.gov.br/>.

relativo em relação ao Rio de Janeiro e, particularmente, a São Paulo, manifestado, sobretudo, na intensa emigração ao longo das primeiras seis décadas do século XX (BRITO; SOUZA, 1995; GODOY, 2009; PAULA, 2017).

Mais especificamente, o longo processo de industrialização mineira envolveu a consolidação e passagem de um parque industrial produtos de bens de consumo não durável (alimentos, bebidas, têxtil) para bens intermediários (energia elétrica e siderurgia), mas sobretudo bens de capital (máquinas, equipamentos e elétrico) e bens de consumo durável (cujo ápice foi a instalação da fábrica de automóveis da FIAT, em 1976, em Betim). Em outras palavras, internalizou-se e desenvolveu-se um complexo metal-mecânico-automotivo, fazendo com que Minas Gerais deixasse de ser apenas exportador de produtos básicos (alimentos e minério de ferro) e intermediários (energia e produtos siderúrgicos) (ANDRADE; CINTRA, 1978; DINIZ, 1981; LACERDA, 2019).

Esse ciclo de institucionalização tem como motivação o contexto desse atraso relativo, chamado, à época, de “perda de substância” da economia mineira – manifestado na massiva emigração populacional para outros estados da federação (BRITO; SOUZA, 1995) e na estagnação e decadência das atividades industriais e agrícolas⁵ –, e envolveu diversas ações⁶ de longa duração das elites dirigentes mineiras (DULCI, 1999). Sendo, inclusive, o marco inicial moderno, a mudança da capital estadual de Ouro Preto para Belo Horizonte, que possuía demarcado sentido geoeconômico de articulação das diversas atividades produtivas arroladas nas diversas regiões do estado (SINGER, 1977; MONTE-MÓR; PAULA, 2001).

A autenticidade na construção deste aparelho estatal e algumas das suas singularidades – por exemplo, o “pioneirismo” do desenvolvimentismo mineiro com João Pinheiro⁷ – já foram amplamente discutidas pela literatura

⁵ A forma mais bem acabada que demonstra essa estagnação e decadência é o Diagnóstico da Economia Mineira, publicado em 1968 (BDMG, 1968). Para compreensão do contexto e importância do documento ver: GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2011.

⁶ Outras ações relevantes foram o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 (PAULA, 2004); a criação da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho na década de 1930; a instalação da cidade industrial de Contagem, 1942; o Plano de Recuperação Econômica de 1947; o Binômio Energia e Transporte com a organização e criação do Departamento de Estradas e Rodagens (DER-MG) e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), em 1952 (DINIZ, 1981); a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1962 (PAULA, 2017); e, finalmente, a institucionalização do Sistema Estadual de Planejamento, em 1972 (SIQUEIRA, 2001).

⁷ A partir de uma matriz positivista, João Pinheiro defendia a centralidade do Estado para o desenvolvimento nacional, a importância da industrialização via proteção da indústria nacional, a necessidade de diversificação e integração da estrutura produtiva, uma política mineral arrojada e o treinamento e educação da mão-de-obra como caminho para o desenvolvimento. Além disso, também mobilizava exemplos históricos (México, Estados Unidos da América, Alemanha) como modelos para pensar Minas Gerais na passagem do

(DINIZ, 1981; SIQUEIRA, 2001; PAULA, 2004; PAULA, 2017). Mais raros, no entanto, foram os estudos das políticas e ações setoriais, como, por exemplo, as políticas urbano-regionais, foco deste texto, a partir do conteúdo produzido pela *Revista Fundação JP*. Tais políticas, na década de 1970, ensejavam enfrentar a desigualdade estruturante do espaço geoeconômico mineiro, sendo, inclusive, uma das razões centrais para uma ação precoce do Estado e para o desenvolvimento de políticas industriais e de infraestrutura espacialmente definidas.

Todavia, antes da estruturação de políticas urbano-regionais, diversas ações “indiretas” tiveram efeitos espaciais marcantes, seja para desarticulação espacial interna – notadamente o período da “era ferroviária” (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012) – quanto para articulação espacial interna do estado – em especial, a “era rodoviária” sob ação do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-MG) (LOPES; GODOY, 2019), bem como a política de construção de hidroelétricas pela Cemig (CEMIG, 1971).

A *desarticulação interna* vinculava-se tanto ao predomínio da instalação de uma infraestrutura ferroviária voltada para fora do estado – especialmente para a exportação do café no Sul de Minas e Zona da Mata, e de alimentos no Triângulo Mineiro – entre final do século XIX e início do século XX (SINGER, 1977; BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012); quanto, em um primeiro momento, pela instalação de grandes usinas hidroelétricas, nas décadas de 1950 e 1960, que atendiam à demanda energética dos estados vizinhos (DINIZ, 1981).

Posteriormente, e concomitantemente a este período, a partir do Binômio Energia-Transporte⁸ – quando Juscelino Kubitschek foi Governador de Minas Gerais (1951-1955) –, com a estruturação do DER-MG e da Cemig, seguiu-se um movimento de *articulação interna* com a pavimentação e a construção de rodovias articulando os diferentes subespaços regionais, especialmente no sentido da capital mineira (Belo Horizonte) (CED; BDMG; ILPES, 1971), bem como o programa de desconcentração das redes de transmissão e distribuição de energia (CEMIG, 1971).

Contudo, apenas na segunda metade dos anos 1960, com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), em

século XIX para o XX. Para mais detalhes ver: PAULA, 2004 e PEREIRA, 2016.

⁸ Conjuntamente com sua experiência pretérita como Prefeito de Belo Horizonte (1940-1946), o Binômio Energia-Transporte foi uma espécie de “ensaio geral” de Brasília e do Plano de Metas. No primeiro, pela dimensão estética na capital mineira, no Conjunto da Pampulha; e no segundo pela montagem de um aparato estatal “paralelo” e autônomo para execução de obras públicas, quando governador mineiro (LACERDA, 2019).

1965⁹; a estruturação do Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED), em 1966¹⁰; a instituição da Superintendência de Desenvolvimento da Área Mineira do Polígono das Secas (SUDEMINAS), em 1966¹¹; e a criação da Companhia de Distritos Industriais (CDI), em 1971¹², que se consolidaram meios de intervenção urbano-regional diretos.

Este conjunto de instituições foi amparado, em nível estadual, com os repasses e financiamentos do BDMG¹³, com os estudos de viabilidade, promoção e atração industrial do Instituto de Desenvolvimento Industrial¹⁴ (INDI), com a oferta abundante de energia pela Cemig e pelo sistema de Incentivos Fiscais¹⁵ (DINIZ, 1981), além da própria FJP, e foram consolidados, em 1971, com a estruturação do Sistema Estadual de Planejamento¹⁶ (SIQUEIRA, 2001; LACERDA, 2019).

Em nível nacional, Minas Gerais se beneficiou da crescente desconcentração e transbordamento das inversões industriais de São Paulo (DINIZ, 1981; CANO 2007); da emergência da problemática das políticas nacionais de desconcentração industrial (CANO, 2007); do desenvolvimento de políticas urbano-regionais pelo Governo Federal (MONTE-MÓR, 2008); e pelos investimentos das empresas estatais no interior do país (BACELAR, 2000).

⁹ MINAS GERAIS, Lei nº 3764, de 15/12/1965, Organiza a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) e dá outras providências.

¹⁰ MINAS GERAIS, Lei nº 4133 de 20/04/1966, Extingue a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, cria o Conselho Estadual do Desenvolvimento e dá outras providências; e MINAS GERAIS, Decreto 10064, de 10/10/1966, Dispõe sobre o sistema estadual de planejamento e contém o Regulamento do Conselho Estadual do Desenvolvimento.

¹¹ MINAS GERAIS, Decreto nº 10023, de 30/08/1966, Institui um Grupo de Trabalho, que se denominará Superintendência de Desenvolvimento da Área Mineira do Polígono das Secas – SUDEMINAS. Posteriormente, Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas – SUDENOR (MINAS GERAIS, Decreto nº 18064, de 24/08/1976).

¹² MINAS GERAIS, Lei nº 5721, 25/06/1971, Autoriza o Governo do Estado a constituir e organizar sociedade sob o controle acionário do Estado destinada a projetar, implantar e administrar áreas industriais, e dá outras providências.

¹³ No primeiro momento, repassando recursos do BNDE e da Agência Especial de Financiamento Industrial. Posteriormente, agenciando a distribuição de uma série de fundos setoriais estaduais e com base em recursos próprios (FJP, 1997).

¹⁴ Criado, por meio de contrato social entre a CEMIG e o BDMG, em 30 de maio de 1968, foi a primeira agência de promoção de investimento do Brasil, servindo de modelo para a criação de instituições similares no Brasil. Para sua história e atuação no período ver: BRITO, 1988.

¹⁵ MINAS GERAIS, Lei nº 5261, de 19/09/1969, Dispõe sobre estímulos fiscais.

¹⁶ MINAS GERAIS, Lei nº 5792, de 08/10/1971, Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento, cria a Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências. Mas, esboçada anteriormente em: MINAS GERAIS, Decreto 10064, de 10/10/1966, Dispõe sobre o sistema estadual de planejamento e contém o Regulamento do Conselho Estadual do Desenvolvimento.

Assim, o alinhamento do aparato institucional estadual com o processo nacional culminou, na década de 1970, em uma janela de oportunidade para diversas inversões industriais em Minas Gerais, chamada de “a nova industrialização mineira”¹⁷, que, conforme a perspectiva da época, dentre as condições necessárias para sua sustentação, tinha centralidade a estruturação de uma rede urbana estadual (BDMG; CED; ILPES, 1971). Este tópico aparece no I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) como a diretriz de “desconcentração espacial do desenvolvimento mineiro” (BDMG; CED; ILPES, 1971, p.12), que visava:

A desconcentração espacial e urbana do desenvolvimento mineiro destina-se a corrigir as deformações que a estrutura espacial de Minas sofreria, caso persistisse o padrão de desenvolvimento extremamente concentrado em Belo Horizonte [...] A desconcentração espacial se justifica, assim, como um meio de atingir objetivos sociais. Contudo, fundamenta-se mais solidamente ainda no plano econômico, ao possibilitar um melhor aproveitamento das potencialidades das regiões mineiras. Além disso, lança os fundamentos que permitem alcançar a integração econômica do território do Estado, tendendo a reverter dessa forma o modelo de funcionamento de sua economia, até agora dinamizada pelo litoral (BDMG; CED; ILPES, 1971, p.12-13).

As diretrizes de atuação do I PMDES pretendia estimular a “descentralização urbano-industrial” por seis grandes vias. No curto prazo, envolvia as seguintes Regiões para fins de Programação¹⁸: I pela consolidação de um sistema de centros urbano-industriais complementares a Grande Belo Horizonte; II (Mata) e III (Sul) beneficiando-se da posição intermediária em relação aos eixos Rio e São Paulo, respectivamente; IV (Triângulo), com suporte nos núcleos

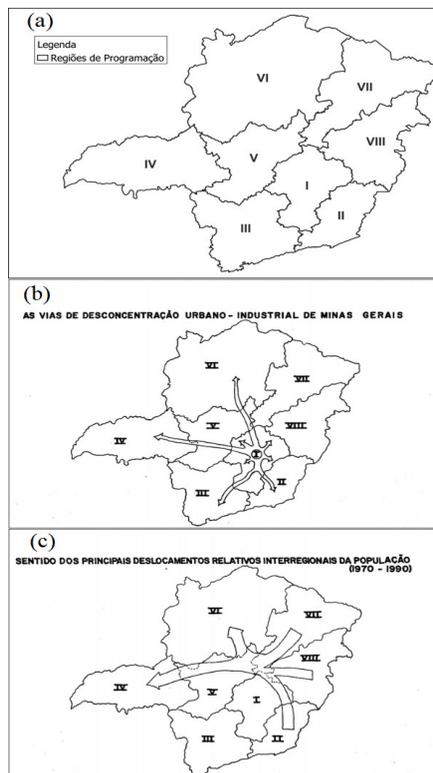
¹⁷ A “nova industrialização mineira” foi desencadeada a partir de um arranjo entre Governo Estadual – com suas instituições, sobretudo através do tripé BDMG-CDI-INDI – e o capital estrangeiro para a atração de indústrias de bens de capital e aumento da escala da indústria de bens intermediários. Cujo o coroamento, com a indústria de bens de consumo durável, foi a instalação da FIAT, em 1976, em Betim. O Estado de Minas Gerais – através das instituições acima, bem como dos Bancos Estaduais, Credireal e Bemge (JAYME JR; CERQUEIRA, 1996) – proveu infraestrutura básica, concedeu incentivos fiscais e, inclusive, teve participação acionária (por exemplo, FIAT e USIMINAS) em uma série de empreendimentos industriais arrolados no período (DINIZ, 1981; EAKIN, 2002).

¹⁸ Desde finais dos anos 1960 no âmbito do CED e de suas parcerias (BDMG e ILPES) foram desenvolvidas regionalizações além das zonas fisiográficas do IBGE. Um dos resultados, que era preliminar, chamado “Regiões para fins de programação” tornou-se canônico ao ser incorporado no I PMDES, elaborado em 1971, para guiar as ações no espaço mineiro. A persistência deste recorte só foi substituindo como diretriz espacial das políticas públicas mineiras em 1992, quando a FJP define as Regiões de Planejamento. Para mais informações sobre as diferentes regionalizações em Minas Gerais ver: DINIZ; BATELLA, 2005.

urbanos dinâmicos e recentes e intermediado a relação São Paulo e Centro-Oeste e VI (Norte/Noroeste) pela posição privilegiada de intermédio entre Nordeste e Centro-Sul, baseando-se nos incentivos fiscais para atração de projetos agroindustriais e industriais.

No longo prazo, as regiões VIII (Leste/Vale do Rio Doce) pela conexão com o Nordeste, Rio de Janeiro e Vitória, baseado no grande complexo siderúrgico; e V (Central) pela posição intermediária entre as diversas regiões de programação mineiras. A Figura 1 apresenta e sintetiza as Regiões para fins de Programação (a), as vias propostas de desconcentração urbano-industrial (b) e os sentidos pretendidos dos deslocamentos relativos inter-regionais de população (c) propostos no I PMDES.

Figura 1 - Regiões para fins de Programa do Estado de Minas Gerais (a), vias de desconcentração urbano-industrial (b) e deslocamentos inter-regionais de população (c)



Fonte: elaboração própria para (a), MINAS GERAIS (1971, p.258) para (b) e MINAS GERAIS (191, p. 259) para (c).

Em síntese, supunham as elites técnicas da época, que uma rede urbana estruturada e equilibrada seria a chave para a consolidação da industrialização mineira, o que geraria a difusão das oportunidades de emprego, conseqüentemente, a retenção da população migrante e a melhoria de qualidade de vida dos mineiros (BDMG; CED; ILPES, 1971).

É nesse campo, da *incorporação explícita da problemática espacial e do planejamento urbano-regional*, que entra a ação – em planos e estudos – da Fundação João Pinheiro. Mais especificamente, tem-se a *Revista Fundação JP* tanto como meio de divulgar as ações no âmbito do planejamento estatal autoritário quanto de debater teórica, metodologicamente e, inclusive, criticamente este mesmo planejamento. Em outras palavras, o estudo da *Revista* corrobora o entendimento dos dilemas e complexidades do período e, principalmente, do planejamento (FARIA, 2019) permitindo, como aponta Feldman (2021, p.14) o “distanciamento de raciocínios binários, com base nos quais se opõe efetividade/não efetividade (ou ideias/realizações), técnico/político e democrático/autoritário” do período.

A problemática urbano-regional na Fundação João Pinheiro na década de 1970

Para a devida compreensão do conteúdo produzido pela *Revista Fundação JP* se faz necessário apresentar o próprio desenvolvimento da institucionalidade e organização da FJP, bem como da conjuntura político-econômica estadual e nacional. Primeiramente, é importante situar que a FJP foi criada, em 1969¹⁹, pelo Governador Israel Pinheiro (1966-1971), filho de João Pinheiro, como um “desdobramento” do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP) do BDMG, que foi o principal setor responsável pelo *Diagnóstico da Economia Mineira*, de 1968²⁰. Com o lançamento deste, o DEP foi crescentemente esvaziado, fruto de uma disputa entre os “financistas” e os “planejadores” dentro

¹⁹ MINAS GERAIS, Lei 5399 de 12/12/1969, Autoriza a instituição de Fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social.

²⁰ Foi o documento responsável pela difusão e demonstração, a partir de uma visão histórica e estrutural, do modo como Minas Gerais vinha sendo “explorada” pelo Governo Federal e por outras Unidades da Federação mais dinâmicas. Nesse sentido, ressaltava-se especialmente o papel de Minas Gerais como mero provedor de matérias-primas, de produtos com pouco beneficiamento e de força de trabalho para outros estados. Em outras palavras, o documento demonstrava o papel que cabia à Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho e, para além disso, propunha alternativas para o aproveitamento das vantagens da economia mineira, visando encadear seu parque industrial. Ademais, dadas as suas qualidades técnicas e sua abrangência, o documento serviu para a negociação junto ao Governo Federal no início dos projetos de desconcentração industrial dos anos 1970 (LACERDA, 2019).

do BDMG (DINIZ, 1981). Os “financistas” queriam restringir as atividades do BDMG àquelas estritamente relacionadas com a de um banco, enquanto o grupo dos “planejadores” realizavam estudos e diagnósticos globais, com as proposições de diretrizes para a ação estatal e para a iniciativa privada (ANDRADE; CINTRA, 1978; DINIZ, 1981). Os primeiros “venceram” a disputa, assim, vários funcionários acabaram migrando para a nova instituição, a FJP, cujo primeiro presidente foi Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, que anteriormente fora presidente do BDMG.

Nesse sentido, para abrigar os antigos funcionários e ações do DEP, criou-se a Fundação João Pinheiro com a função de “promover o desenvolvimento econômico e social do Estado [de Minas Gerais]”, conforme anunciado na primeira edição da *Revista* (FJP, 1971, p.1). A FJP tinha cinco finalidades: 1) planejamento do desenvolvimento estadual envolvendo estudos, pesquisas, programação econômico-social, inclusive estudos de oportunidades de investimento; 2) estudo, pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos; 3) execução de serviços de geografia e estatística; 4) execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo de tecnologia básica e social; e 5) ensino, por meio de cursos afins com as atividades mencionadas nos itens anteriores.

Dentro da FJP, os estudos com a temática urbano-regional se iniciam com o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes), que funcionou entre o fim de 1970 e início de 1971. O Ipes tinha o objetivo de promover o planejamento e o desenvolvimento econômico-social mineiro, sobretudo via convênios com o BDMG, o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) e a Secretária Estadual da Fazenda. A estruturação, nos moldes federais, do Sistema Estadual de Planejamento, em outubro de 1971, que incluiu a FJP como entidade vinculada, fez com que o Ipes, em 1972, fosse desmembrado no Centro de Projetos de Desenvolvimento (CPD) e no Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU) (GOMES, 2022).

O CEEU ficou responsável pela confecção de estudos, pesquisas e projetos nas áreas econômicas e de urbanismo. A sua existência perdurou até o final de 1972 quando, pelo volume de trabalho, foi desmembrado, em 1973, no Centro de Economia Aplicada (CEA), responsável pela área econômica, e no Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), especializado na área de urbanismo (GOMES, 2022). É importante destacar que a estruturação interna (estadual) de Minas Gerais seguiu, *pari passu*, a institucionalização da política

nacional urbana (federal) que, no contexto da ditadura civil-militar, envolveu, primeiramente, o Serfhau, de 1964, e, posteriormente, o Programa de Ação Concentrada (PAC), de 1969, até a Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNPDU), de 1974²¹ (FELDMAN, 2019). Em outras palavras, primeiramente, houve uma institucionalização que separou o planejamento em planejamento *territorial* e planejamento *econômico*; posteriormente, uma *ampliação e articulação das escalas de planejamento*, ou seja, do local para o microrregional e regional; até, finalmente, a *internalização e desenvolvimento de metodologias de planejamento espacial*.

No plano das atividades desenvolvidas enquanto CEEU, ou seja, até 1973, a divisão responsável pelos estudos urbanos (o Instituto de Pesquisas e Projetos Urbanos – IPPU) participou, primeiramente, de projetos de desenvolvimento urbano e regional externos ao estado, em Roraima e no Amapá. Posteriormente, quando se tornou o CDU, desenvolveu estudos específicos para as cidades históricas de Ouro Preto e Mariana, entre 1973 e 1974, bem como, em parceria com o BDMG, estruturou o Programa de Desenvolvimento Urbano (PDU) para Minas Gerais, em 1973, voltado especificamente para cidades de porte médio nas diversas regiões de Minas Gerais (GOMES, 2022).

Importante frisar que o PDU esteve embebido no contexto do I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), vigente entre 1972 e 1976, onde se salientou a importância de uma política de urbanização, especialmente nas cidades consideradas polo de cada Região de Programação. No I PMDES constava que isso seria promovido pela implementação de uma *política de atração de investimentos industriais* atrelada à *descentralização administrativa dos serviços públicos* e do *melhoramento do equipamento urbano* (MINAS GERAIS, 1971, p.14).

Concomitantemente, foram desenvolvidas ações voltadas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte pelo Plambel (Plano Metropolitano de Belo Horizonte), grupo instituído dentro da FJP, em 1971, e tornado órgão autônomo a partir de 1974²², com regulamentação federal acerca das regiões metropolitanas²³.

Posteriormente, entre 1974 e 1975 – em meio a nova reestruturação organizacional da FJP, na esteira de transformação do CED em Secretaria de

²¹ Posteriormente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), a partir de 1979.

²² Instituída como autarquia por MINAS GERAIS, Lei n° 6303, de 30/04/1974, Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências.

²³ BRASIL, Lei Complementar n° 14, de 8 de junho de 1973, Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza

Estado do Planejamento e Coordenação Geral²⁴, no contexto de passagem do Governo estadual de Rondon Pacheco (1971-1975) para Aureliano Chaves (1975-1978) – foi criada a Diretoria de Planejamento (DP), a qual o CDU esteve vinculado. O período também foi marcado pela formulação do II PMDES, além saída da problemática metropolitana da FJP, com a autarquização do Plambel²⁵.

Do ponto de vista da “divisão intelectual trabalho” – durante o Governo Aureliano Chaves, cujo presidente da FJP, a partir de 1977, foi Antônio Octávio Cintra – a Diretoria de Planejamento concentrou suas ações no *planejamento regional*. Enquanto o CDU esteve concentrado no *planejamento microrregional e urbano*. Ademais, destaca-se que nas áreas social e institucional destes planos, ambas as diretorias tinham o apoio do Diretoria de Programas Públicos (DPP), criada em 1975, na FJP. Ressalta-se que, também em 1977, o CDU novamente retomou sua situação como diretoria própria, ou seja, não estava mais subordinada a Diretoria de Planejamento (GOMES, 2022).

Esse segundo período foi marcado pela notável retomada do planejamento regional, um dos marcos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975-1979) e do II PMDES (1976-1979), especialmente sob a metodologia de planos regionais de desenvolvimento integrado. O II PMDES²⁶ foi feito para se alinhar às diretrizes do II PND. Especialmente, por exemplo, foram priorizadas regiões consideradas “problemas” e aquelas com “grandes potenciais” não aproveitados, isto é, o Sul de Minas²⁷, a Área Mineira da Sudene²⁸ (AMS)²⁹,

²⁴ MINAS GERAIS, Decreto 17.112, de 22/04/1975, Dispõe sobre a estrutura básica da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

²⁵ Sobre o Plambel ver: TONUCCI FILHO (2012).

²⁶ Os eixos do II PND eram: ampliar e difundir da infraestrutura de base (rede de transporte, telecomunicações, produção e comercialização agrícola); completar a instalação do segmento de produtor de bens capital, sobretudo via empresas estatais, em ramos como: química pesada, minerais não-metálicos, metais não-ferrosos e indústria siderúrgica; e ampliar as fontes de energia, com petróleo e seus derivados, hidroelétrica e outras fontes como o etanol e energia nuclear. Nesse mesmo sentido, o II PMDES retoma diversas vezes o II PND, salientando, principalmente, como, a partir do aproveitamento da desconcentração da indústria e da infraestrutura desencadeada pelo Governo Federal, Minas Gerais poderia reforçar a sua posição como localização intermediária para “ocupar” os espaços vazios, bem como consolidar a sua industrialização (MINAS GERAIS, 1975, p.10-11).

²⁷ Todavia, o Sul de Minas já era visto como uma área potencial para receber a desconcentração de investimentos de São Paulo e já vinha sendo objeto de atenção estadual desde finais dos anos 1960.

²⁸ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com sede em Recife-PE, criada em 1959, no governo Juscelino Kubitschek, por Celso Furtado, nesse momento era uma autarquia especial que objetivava promover e coordenar o desenvolvimento do Nordeste, estimulando a sua integração ao Centro-Sul do país. De projeto arrojado antes do golpe civil-militar (FURTADO, 1989), tornou-se, a partir de 1964, em apenas intermediador na gestão de incentivos fiscais, integrando espacialmente e modernizando o capitalismo brasileiro/nordestino (OLIVEIRA, 1977).

²⁹ A AMS também tinha potencial de atração, devido aos incentivos fiscais por ser parte da área da Sudene,

o Vale do Jequitinhonha³⁰ e o Vale do Rio Doce, nesta, especialmente, a denominada “Área de Influência da Companhia Vale do Rio Doce” (GOMES, 2022).

O crescente prestígio da problemática urbano-regional na política estadual pode ser demarcado pelo retorno do *status* como diretoria, em 1977, do CDU, que ampliou sua importância atuando em quatro programas-chave: a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, o Programa de Desenvolvimento Urbano, o Programa de Cidades Históricas e os Programas Especiais, além da realização de uma série de estudos sobre a realidade urbana mineira e identificação de cidades-polo (GOMES, 2022).

Em 1979, ano final do período de nossa análise, Francelino Pereira (1979-1983) assumiu como Governador Estadual e a FJP permaneceu atuando no campo do planejamento urbano-regional. Contudo, a principal mudança foi a fusão do CDU com a DPP, conformando a Diretoria de Planejamento Social e Urbano (DPSU), cujo objetivo visava o melhor aproveitamento do quadro técnico da FJP, além de buscar uma maior integração das problemáticas urbanas, microrregionais e regionais. Este movimento resultou, posteriormente, no desenho do Programa Estadual de Cidades Intermediárias de Minas Gerais (PROECI) (MENDONÇA, 1990), que foge do período e escopo deste trabalho, já que se inicia, concomitantemente, o período de distensão da Ditadura Civil-Militar e o esgotamento do modelo de desenvolvimento, com a desaceleração das taxas de crescimento e a crise das finanças públicas, sobretudo estaduais³¹.

A Revista Fundação JP na década de 1970

A *Revista Fundação JP* foi produzida pelo Setor de Informações da Diretoria de Comunicação e servia para divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela FJP, bem como outros órgãos do Governo Estadual (SOARES, 2022). Conforme sua primeira edição, o seu papel era de “divulgação de estudos ou pesquisas e pelo incentivo a iniciativas de apoio ao Poder Público e ao Setor

mas também era afligida pelos graves problemas sociais e já vinha sendo foco de atenção estadual desde os anos 1960 através da SUDEMINAS. Esta foi criada a partir do entendimento de sua preterição frente aos estados nordestinos no montante total de investimentos em infraestrutura física e social.

³⁰ O Vale do Jequitinhonha, região com os mais baixos índices de desenvolvimento econômico e social estadual, desde o final dos anos 1960, tinha a CODEVALE e o desenvolvimento de alguns estudos e planos regionais.

³¹ Ocorre diversas mudanças institucionais (inclusive de pessoal técnico na Fundação João Pinheiro), políticas e econômicas, que demarcam o início de um longo período de transição dos marcos teóricos e práticos de planejamento, da participação social, do papel do Estado, da organização produtiva-econômica etc., o que impossibilita um *continuum* de análise entre os períodos. Ver, dentre outros: OLIVEIRA, 1995; SHIKIDA, 2022.

Privado no sentido do equacionamento dos problemas de interesse de Minas Gerais e do País” (FJP, 1971, p.3).

A *Revista* tinha como subtítulo do seu lançamento até o final de 1972: “economia, administração e tecnologia”. A partir de então, até abril de 1974, o subtítulo foi “economia, administração, tecnologia e *urbanismo*”, indicando a importância da problemática urbana.

A partir de abril de 1974, incorporou o Boletim Conjuntura, publicado pelo CEA da FJP com informações de conjuntura econômica, com intuito de ampliar o seu público e circulação. O nome passou a ser apenas *Revista Fundação JP - Análise e Conjuntura* e a publicação mensal, em vez de trimestral (GOMES, 2022). A *Revista* chegou a ter tiragem de seis mil exemplares, com circulação em diversos centros nacionais e em 21 países (SOARES, 2022). Em 1986, foi refundada, ampliando seu escopo de temáticas, e renomeada de *Revista Análise & Conjuntura*. Como este novo nome, foi editada até janeiro de 1993.

Argumentaremos, a partir do exposto sobre trajetória institucional da FJP e dos próprios artigos, que são possíveis duas *chaves de leitura dos textos publicados na Revista*. Uma primeira que *reflete a trajetória institucional (ou ciclo de institucionalização) das políticas urbanas e regionais desempenhadas pela FJP*. Esta trajetória/ciclo possui dois momentos demarcados. O primeiro momento, entre 1971 e 1974, foi o de estruturação de um segmento específico, dentro da FJP, voltado para a problemática do planejamento urbano e regional, com um predomínio da questão e escala metropolitana. O segundo momento, entre 1975 e 1979, foi marcado pela consolidação e crescente prestígio da atuação da FJP no segmento de planejamento, com diversas interfaces setoriais, além de demarcada divisão de trabalhos conforme a escala e temática de planejamento, bem como alargamento de temas e interfaces com os diferentes campos de conhecimento do planejamento.

Uma segunda chave de leitura é segundo o próprio conteúdo produzido. Assim, tem-se, por um lado, textos produzidos com o intuito de *difusão e propaganda das ações estatais*. E, por outro, textos de *conteúdo analítico, teórico e metodológico, inclusive crítico ao modelo de planejamento (centralizado) e de desenvolvimento (guiado pela industrialização)*.

A definição de duas chaves de leitura procura revelar simultaneamente “a pluralidade de temporalidades e de contextos para o desvendamento da adequação, da acomodação e da transformação de ideias e práticas, e das tensões que permeiam o planejamento” (FELDMAN, 2021, p.14) no período. No entanto, nota-se, que isso não implica que não tenha havido textos sobre

a questão metropolitana pós-1974, bem como não haja textos de difusão e propaganda das ações estatais com inovações teórico-metodológicas.

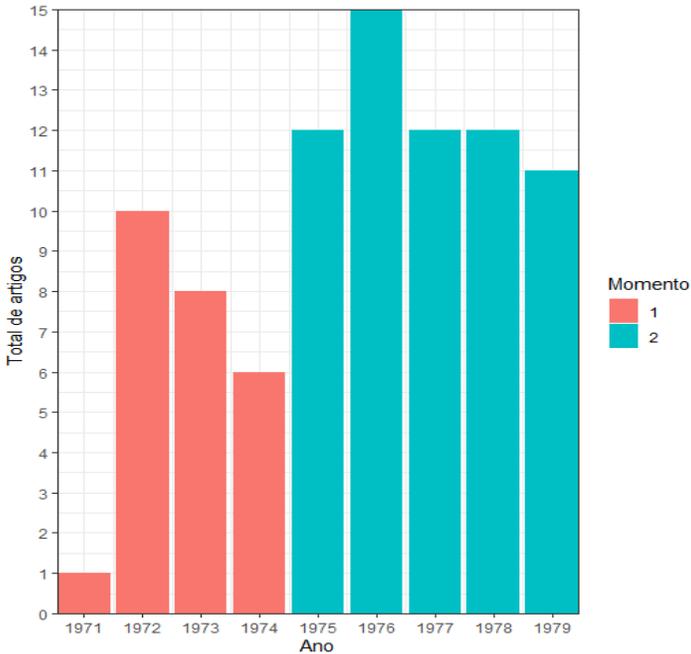
Mais detidamente, nosso recorte de análise foram as 72 edições lançadas entre 1971 e 1979. Destas, duas, em 1971 e 1975, referem-se exclusivamente às sínteses dos dois PMDES publicados no período. Com a exceção dessas duas edições, tem-se *87 artigos que trataram da problemática do planejamento*. Do ponto de vista metodológico, examinamos tanto textos com abordagens gerais acerca do planejamento estatal; quanto aqueles específicos, isto é, que trataram do planejamento em suas múltiplas escalas (urbano, metropolitano, regional). Ademais, consideramos as temáticas setoriais – especialmente transportes, indústrias, meio ambiente, habitação – com menção à ação estatal planejada para o estímulo ou interface com desenvolvimento espacial.

A Revista Fundação JP: o ciclo de institucionalização e entre a propaganda e a crítica

A Figura 2 apresenta a disposição anual dos *87 artigos identificados com a temática do planejamento*, além da divisão entre os dois momentos da trajetória de estruturação dos estudos urbano-regionais – o primeiro até 1974 e o segundo a partir desta data até 1979. Conforme apontado, foi no *primeiro momento* que ocorreu a estruturação das diretorias com foco nos estudos sobre planejamento urbano-regional, bem como da própria Fundação João Pinheiro e de sua *Revista*.

No *primeiro momento* foram publicados 25 textos, que estão dispostos no Quadro 1. Salienta-se que houve o predomínio das produções relativas à questão metropolitana. Para corroborar o argumento, temos que sete dos nove textos publicados sobre esta temática estão neste primeiro momento. Isso é explicado tanto pelo contexto que o Plambel esteve dentro FJP quanto pela consolidação da regulamentação das regiões metropolitanas ao nível federal.

Figura 2 - Produção de artigos relacionados com a temática do planejamento na Revista Fundação JP



Fonte: elaboração própria.

Um outro conjunto de cinco textos publicados neste primeiro momento discutiram assuntos voltados para o *planejamento urbano*. Foi discutida a importância do planejamento das cidades no contexto de urbanização latino-americana (LAMOUNIER, 1972); o processo histórico de urbanização de Belo Horizonte (COELHO, 1972); a avaliação, feita por técnicos do Serfha, do planejamento praticado (FORTUNA; AZEVEDO, 1973) até então; a necessidade de formação de quadros técnicos para consecução do planejamento pretendido e demandado pelo Estado em seus vários níveis, inclusive particularizando a discussão para o caso mineiro, com a sugestão da criação de um curso de especialização em planejamento urbano e regional (LAMOUNIER, 1973); e uma discussão teórica acerca da inefetividade do planejamento brasileiro e uma proposição alternativa e debatendo acerca dos custos de urbanização (DANTAS, 1974).

Em relação a temática do *planejamento regional*, foram cinco textos publicados e predominaram textos de *difusão e propaganda da ação estatal*. O

único texto de planejamento regional que destoou do viés propagandístico foi “Planejamento regional – um enfoque” (CURI, 1972) que buscava desenvolver uma metodologia que incorporasse o planejamento regional aos planos globais, especificando um esquema que operacionalizasse o planejamento segundo o nível de dados disponíveis em áreas-regiões subdesenvolvidas.

Por fim, nos demais textos também predominou o viés de *difusão e propaganda da ação estatal*, nos campos do planejamento urbano, industrialização e planejamento em geral. Todavia, convém salientar que os três textos sobre *planejamento em geral* foram redigidos por três personalidades/estudiosos que vinculam a história da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com o topo do aparelho estatal mineiro (PAULA, 2017): Fernando Roquette Reis, Paulo Camillo de Oliveira Penna e Jayme Peconick. E, num sentido mais amplo, aponta para a centralidade e predileção dos economistas como lideranças técnicas do planejamento na década de 1970 (HADDAD, 1977; DINIZ, 1981; GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2015).

Nesse sentido, por exemplo, o texto de Roquette Reis³² então Secretário da Fazenda, aponta – a partir de uma visão heterodoxa, com uma crítica simultânea à “teoria das vantagens comparativas” e da “via única de desenvolvimento pela industrialização” –, apologeticamente, como as grandes transformações socioeconômicas de Minas Gerais eram positivas, irreversíveis e estavam levando ao crescente bem-estar social. Não obstante, o autor apresenta uma noção não usual de *desenvolvimento*:

Elucidando que desenvolvimento não é apenas construir mais fábricas, modernizar o comércio, estimular o produtor rural, a arrecadação, mas sim um conceito ontológico, que abrange instituições sociais e políticas, que requer reformas e induz tensões e atritos, que exige medidas revolucionárias, porquanto, no fundo, o desenvolvimento é a Revolução (REIS, 1972, p.20).

No mesmo sentido, Paulo Camillo Penna, que viria ser Secretário de Planejamento e Coordenação Geral (1975-76), mas já tinha ocupado outros cargos relevantes no estado, em seu texto dava notável ênfase às *instituições*:

A estreita vinculação entre ritmo de desenvolvimento e a capacidade das instituições destinadas a imprimir rumo e velocidade aos programas administrativos, abrindo perspectivas de realizações e apontando caminhos à canalização do investimento [...]

³² Ele já havia sido diretor do citado Departamento de Estudos e Planejamento (DEP) do BDMG.

Não é possível elaborar eficiente dispositivo de incitações, agir sobre a extensão e aprimoramento da formação técnica, sem empreender particular esforço de transformação e criação no campo institucional, como também de adaptações de atividades e comportamentos aos padrões exigidos pelo progresso. A adaptação das instituições às situações novas será sempre penosa. Implica, necessariamente, na rejeição de tradições consolidadas, gerando riscos e descontentamentos [...] Daí a importância da ação do poder público no aprimoramento do aparelho institucional, o que envolve revisões condicionadas aos imperativos do tempo, às possibilidades do meio, à qualificação dos homens e às inspirações que os anima (PENNA, 1972, p.29-30).

O interessante é que ambos os autores, elites técnicas da época, apresentam uma noção clara da vinculação entre *instituições* e *desenvolvimento*. Ambos ressaltam a inerência do conflito no processo de desenvolvimento e na criação de instituições e seus reflexos nas estruturas sociais, políticas e econômicas. E ambos enfatizam como estes processos são particulares, com múltiplas vias e historicamente situados.

Finalmente, dois outros textos trazem interpretações *originais* dos processos de metropolização-urbanização do Vale do Aço (MONTE-MÓR; DRUMMONT, 1974), em Minas Gerais, e da urbanização na Amazônia (SILVA; POMPERMAYER, 1974), respectivamente.

A partir de 1975, *no segundo momento*, nota-se na Figura 2, o aumento da produção de artigos acerca do planejamento urbano-regional. Esta elevação se deve, principalmente, pela maior periodicidade de publicações, que passou a ser mensal; pela centralidade do planejamento regional no âmbito do II PMDES, ao nível estadual, bem como do II PND, ao nível federal; e pela própria consolidação da estrutura institucional voltada à pesquisa e à realização de planos dentro da FJP. Exemplificando, a edição de junho de 1975 da *Revista* dedica-se a apresentar as diretrizes básicas do II PMDES:

Quadro 1 - Temáticas, textos, autores, filiação, ano e caráter das publicações na Revista Fundação JP, em seu primeiro momento (1971-1974)

Temática	Título	Autor	Filiação	Ano	Divulgação/Propaganda
Questão metropolitana	O plano metropolitano de Belo Horizonte	Gilson Dayrell	Plambel-FJP	1971	Sim
	A metrópole e o pleno desenvolvimento do homem	Alain David	Plambel-FJP	1972	Não
	Área Metropolitana, desafio à técnica e à comunidade	Antônio Cintra	Plambel-FJP	1972	Não
	Belo Horizonte e o equilíbrio inter-regional	Afrânio Andrade	Plambel-FJP	1972	Não
	PLAMBEL, a criação de duas cidades novas	Gilson Dayrell	Plambel-FJP	1973	Sim
	A localização industrial na Grande BH	Ney Werneck	Plambel-FJP	1973	Não
	A Região Metropolitana e sua lei	Hélio Fonseca	Consultor	1974	Não
Planejamento Urbano	O planejamento de cidades em face da urbanização acelerada	Teodoro Lamounier	FJP	1972	Não
	Processo de Urbanização e Visão Histórica de BH	Paulo Coelho	Plambel-FJP	1972	Não
	Síntese do programa para preservação de Ouro Preto e Mariana	FJP	FJP	1972	Sim
	Avaliação preliminar no planejamento urbano	Affonso Fortuna; Antônio C. Azevedo	Serfhou	1973	Não
	O planejamento urbano em vista das necessidades de Minas	Teodoro Lamounier	FJP	1973	Não
	Estrutura intra-urbana do ponto de vista físico-territorial	Jorge Dantas	SUPAM	1974	Não
Planejamento Regional	Jequitinhonha deixa de ser um bolsão de pobreza	Fidelcino Filho	CODEVALE	1972	Sim
	Planejamento regional – um enfoque	Walter Curi	GPC-Cedeplar	1972	Não
	Bases para a ação programada no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	BDMG	BDMG	1973	Sim
	É preciso explorar os cerrados	Dalmar Ivo	BDMG	1973	Sim
	Uma estratégia para o Vale do Jequitinhonha	BDMG	BDMG	1974	Sim
Industrialização	Potencialidades da Área Mineira da SUDENE	Edição especial	FJP	1972	Sim
	INDI, política ativa de promoção e assistência no setor industrial	INDI	INDI	1972	Sim
Planejamento em geral	Experiência mineira 71/72	Fernando Roquette Reis	Secretário de Estado	1972	Sim
	Fatores de desenvolvimento e economia da inteligência	Paulo Camillo Penna	Secretário de Estado	1972	Sim
	Planejamento para o Desenvolvimento Econômico	Jayne Peconick	HIDROMINAS	1974	Sim
Urbano-regional	Uma área metropolitana sem metrópole	Roberto Monte-Mór; Júlio Drummond	FJP	1974	Não
	Vila Rondônia, exemplo de urbanização de fronteira	Eduardo Silva; Maria Pompermyer	FJP	1974	Não

Fonte: elaboração própria.

o Governador Aureliano Chaves determinou que se desse, no II Plano Mineiro, especial ênfase à formulação de planos regionais de desenvolvimento, já que em Minas ainda se destaca a desintegração de sua estrutura espacial, dado que repercute e explica as características do nosso sistema urbano, também definido como desintegrado, isto é, carente de centros intermediários relevantes, o que marginaliza a maior parte do nosso espaço geográfico. Assim, as cidades são incapazes de oferecer suporte urbano ao processo de expansão produtiva (MINAS GERAIS, 1975, p. 3).

Depreende-se do trecho acima a importância do sistema urbano e da formação do urbano como suporte para o desenvolvimento. Em outra parte do texto, que discute o problema da concentração *versus* desconcentração espacial, apresenta-se uma releitura das opções dos estilos de desenvolvimento dos governos anteriores:

O dilema pode ser encarado em termos de estratégias distintas: uma delas foi colocada no Plano de Recuperação Econômica [1947] que diagnosticava falta de um núcleo aglutinador capaz de compensar a polarização exercida por centros externos e propunha reforço do centro [Belo Horizonte]; a outra substanciou-se no I PMDES que, a partir da visão do Estado como polarizado por Belo Horizonte e desequilibrado na sua rede de cidades, advogou política de desconcentração (MINAS GERAIS, 1975, p. 7-8).

Entre ambas as estratégias, o II PMDES propunha a adoção de “diferentes estilos de desenvolvimento” para atender “às peculiaridades de cada região”, mas sempre remetendo ao plano para o estado como um todo. Do mesmo modo, o planejamento deveria incorporar uma “teoria da trajetória crítica do desenvolvimento em que se delineiem os passos e etapas em função do desdobrar do processo e não em função de previsão ‘a priori’” (MINAS GERAIS, 1975, p.9), o que significava o aproveitamento do poder indutor dos desequilíbrios³³, ou seja uma “política de desenvolvimento desequilibrado” em que:

a função central do órgão de planejamento é de sintonizar a máquina pública com as exigências do desenvolvimento, ora induzindo-o através da criação de desequilíbrios, ora corrigindo-lhe as distorções e desajustes [...] ora dá ênfase ao papel do Estado como investidor em atividades diretamente produtivas, ora lhe realça a atuação na formação de capital social e internalizações

³³ É notável a influência da perspectiva de Albert Hirschman (1958).

de deseconomias geradas pelo próprio desenvolvimento (MINAS GERAIS, 1975, p.9).

Este duplo papel do Estado – como indutor de desequilíbrios e corretor de distorções – levaria ao “abandono do planejamento compreensivo e do modelo de desenvolvimento equilibrado que a ele se liga” (MINAS GERAIS, 1975, p.9). Assim, a nova concepção de planejamento deveria se basear: a) numa ação planejadora que se ajusta ao processo de desenvolvimento, com opções e decisões com grau de flexibilidade; e b) em programas estratégicos setoriais e, principalmente, com *recortes espaciais delimitados*, mesmo que em diferentes escalas (regionais, microrregionais e urbanos).

A partir destas diretrizes, na *Revista*, até o final de 1979, foram publicados outros 62 textos sobre planejamento. As temáticas foram amplamente diversificadas, refletindo a complexificação dos campos de ação e discussão sobre o planejamento. Podemos agrupar os textos em quatro grupos.

O primeiro grupo trata do planejamento estatal em geral, que tinha o intuito de avançar no esboço apresentado na edição especial acerca do II PMDES no entendimento de um planejamento que fosse além da perspectiva compreensiva e do desenvolvimento equilibrado – setorialmente e espacialmente. O Quadro 2 apresenta os textos.

São cinco artigos com esta temática, sendo dois deles na mesma edição, em 1975, debatendo entre si e consolidando as referências para um novo estilo de planejamento – uma perspectiva incremental (CINTRA, 1975) e outra pragmática (HADDAD, 1975). Ambos os textos foram posteriormente retomados por outro texto publicado pela *Revista*, em 1979. Este, por sua vez, propôs um planejamento centrado em problemas – isto é, processual – e histórico-socialmente situado, ou seja, dependente do próprio nível de desenvolvimento econômico e político-institucional da realidade na qual quer intervir (FERREIRA, 1979). Salienta-se, novamente, a existência do vínculo destes três autores – Antônio Otávio Cintra, Paulo Haddad e Carlos Maurício Ferreira – com a FACE-UFMG, como alunos e professores, e com o aparelho estatal mineiro, pois o Cintra (1977-1980) e o Ferreira (1980-1983) seriam presidentes da FJP e Paulo Haddad, além de diretor do DP da FJP (1975-1979), foi Secretário de Planejamento (1979-1982) e da Fazenda (1982-1983) de Minas Gerais.

Em relação aos outros dois textos acerca do planejamento em geral, um discute a importância de considerar a dimensão social e a focalização do planejamento nos grupos e espaços marginalizados (POSADA, 1976) e o outro apresenta a importância das contribuições sociológicas no desenho de planos

de desenvolvimento, sempre indicando a centralidade da disputa política e dos atores concretos (ALBUQUERQUE, 1976).

Quadro 2 - Textos sobre planejamento estatal em geral na Revista Fundação JP, em seu segundo momento (1975-1979)

Temática	Título	Autor	Filiação	Ano	Divulgação/Propaganda
Planejamento em geral	Planejamento Compreensivo: nota crítica e esboço de contra-proposta	Antônio Cintra	FJP	1975	Não
	Pragmatismo e Planejamento Simbólico	Paulo Haddad	FJP-Cedeplar	1975	Não
	Planejamento e estrutura social	Jorge Posada	Técnico Secretaria de Estado	1976	Não
	O papel dos sociólogos no planejamento e a sociologia do planejamento no papel	José Albuquerque	FJP-USP	1976	Não
	O planejamento revisto	Carlos Ferreira	FJP-Cedeplar	1979	Não

Fonte: elaboração própria.

Um *segundo grupo* de textos produzidos, composto por 17 textos – que cumpria o papel da Revista enquanto *espaço privilegiado de divulgação e propaganda da ação estatal e como apresentação de oportunidades de investimento* – foram as sínteses dos *planos urbanos, microrregionais e regionais de desenvolvimento produzidos pelos órgãos estatais estaduais*, notadamente pela própria FJP. Alguns textos fazem parte de edições especiais onde, além do diagnóstico regional, há trabalhos sobre a formação econômico-social e estudos setoriais. O Quadro 3 sintetiza os planos.

Quadro 3 - Planos sintetizados, e sua natureza, na Revista Fundação JP, em seu segundo momento (1975-1979)

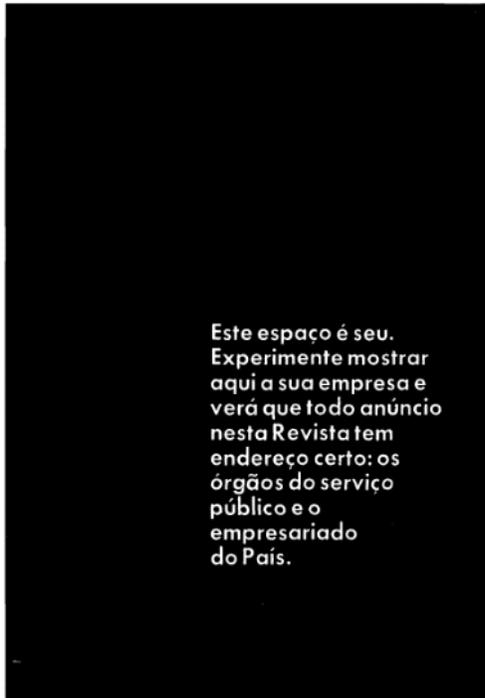
Título	Natureza do Plano	Ano
Itabira - Planejamento Urbano	Urbano	1976
Vale do Itapecirica	Microrregional	1975
Campos das Vertentes	Microrregional	1977
Aglomerado do Vale do Aço	Microrregional	1979
Projeto Açominas	Microrregional	1976; 1979
Área Mineira da SUDENE	Regional	1975
Vale do Rio Doce	Regional	1975
Noroeste	Regional	1976; 1978; 1979
Sul de Minas	Regional	1976; 1979
Área de Influência da Companhia Vale do Rio Doce	Regional	1977; 1978

Fonte: elaboração própria.

Reforçando esse papel cumprido pela *Revista*, como meio de divulgação e propaganda da ação estatal, tem-se na Figura 3 um chamado para as empresas, e na Figura 4 apresenta-se como, em meio aos artigos, estavam dispostas – muitas vezes em impressão colorida – as propagandas de empresas estatais, órgãos e secretarias estaduais, empresas privadas em setores ou áreas prioritárias de inversão e de cursos oferecidos pela FJP.

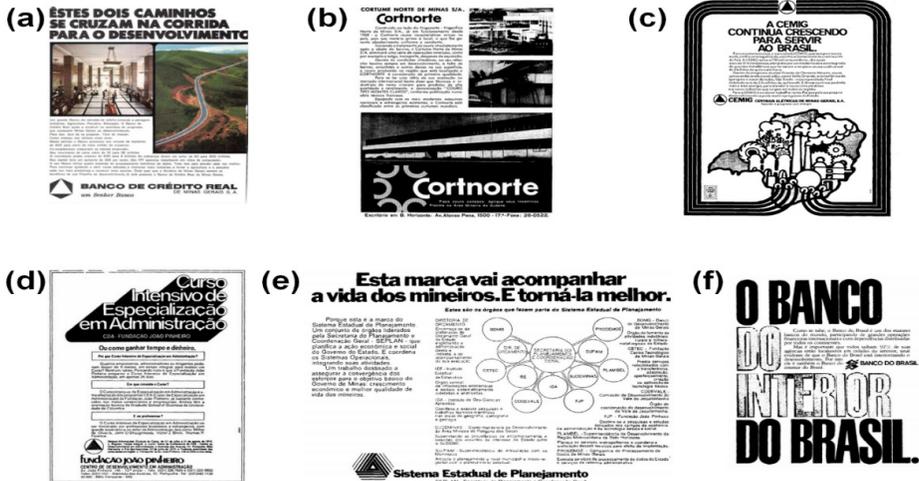
Estes anúncios serviam para divulgar as oportunidades de inversão junto ao público da *Revista*, que era predominantemente o setor público e empresarial, as realizações do governo estadual, além de apresentar as instituições de apoio ao processo de industrialização e desenvolvimento estadual. Contudo, notamos que no decorrer da década, especialmente a partir de 1978, ocorreu uma redução significativa na quantidade de propagandas, especialmente de empresas estatais e privadas.

Figura 3 - Chamada para propaganda



Fonte: Revista Fundação JP (1975).

Figura 4 - Propagandas presentes na Revista Fundação JP



(a) Banco de Crédito Real, banco público estadual (1971); (b) Cortnorte, empresa privada da Área Mineira da Sudene (1972); (c) CEMIG, empresa de capital misto de energia elétrica (1973); (d) Oferta de cursos de especialização em Administração ofertado pela FJP (1975); (e) Sistema Estadual de Planejamento e seus órgãos vinculados pós-1975 (1976); (f) Banco do Brasil, banco público federal (1978). Fonte: Revista Fundação JP, diversas edições. Fonte: Revista Fundação JP.

Já o *terceiro grupo* de textos – que totalizam 20 textos – discutem *aspectos setoriais* (por exemplo, transporte, recursos naturais, industrialização etc.) e sua *vinculação como meio/suporte para o desenvolvimento urbano e regional*. O Quadro 4 apresenta os textos.

Discute-se, por exemplo, a industrialização, a partir de diferentes abordagens. Mas predominou o entendimento do *papel da descentralização industrial como mola propulsora da difusão espacial do desenvolvimento e dos efeitos espaciais desiguais da nova industrialização mineira*, especialmente seu caráter concentrador na RMBH e em poucas cidades. Discute-se também a *temática de modernização administrativa e as finanças dos municípios*. Os textos estavam em diálogo com o desenho estadual de uma política de modernização administrativa, devido a constatação da inefetividade dos planos e políticas urbanas (GOMES, 2022). Em outras palavras, neste período, passou-se a considerar, no âmbito estadual, a organização administrativa e financeira municipal como uma pré-condição para a devida execução dos planos locais e regionais.

Há textos sobre o *papel dos transportes, especialmente de corredores de exportação* – dado o contexto nacional de crescente estrangulamento do balanço de pagamentos. A *questão de recursos naturais e ambiental* também foi debatida no período. Inclusive, com textos em completa oposição, um advogando o “reflorestamento” (ARANTES, 1979) e outro o ecodesenvolvimento, de Ignacy Sachs³⁴ (ANDRÉS, 1977). Há textos relacionando a *problemática da urbanização com as migrações internas* (STRAUSS, 1975; MOREIRA, 1976). Artigo discutindo a *importância da consecução de fundos públicos para o financiamento do desenvolvimento regional* (SILVA, 1977).

Um *quarto grupo* de artigos são os estudos mais específicos sobre a *questão urbano-regional*, totalizando 20 textos, apresentados no Quadro 5. Há um estudo empírico, a partir do modelo gravitacional de Palomaki³⁵, hierarquizando a existência de diversos serviços urbanos, para a definição das características regionais e municipais mineiras para a eleição de áreas prioritárias para as inversões públicas, (SILVA; ARRUDA, 1977); um texto sobre as origens do desenvolvimento regional na França (VOCHEL, 1977); um artigo ressaltando as contribuições de Hardoy, intelectual latino-americano com contribuições originais acerca da questão urbana (NEVES, 1978); e outro acerca do histórico das teorias de uso do solo (FERREIRA, 1978).

Os pesquisadores da FJP, conforme o Quadro 5, também se posicionaram no *contexto nacional do desenho da política nacional de desenvolvimento urbano*, na transição entre a CNPU e o CNDU (DUTRA JUNIOR, 1978; AZEVEDO, 1978). Bem como texto avaliaram o desenvolvimento regional no Aglomerado do Vale do Aço e da Açominas.

Há textos sobre a *questão metropolitana* e a *questão habitacional* conforme se vê no Quadro 5. Particularmente interessantes são os textos sobre o planejamento urbano de Ouro Preto e Mariana que revelam uma *originalidade tanto metodológica* – com o tratamento da relação entre *formas coloniais e funções capitalista* (MACHADO, 1975) – quanto *escalar* – apresentando a necessidade de *pensar a distribuição das funções urbanas segundo ao nível microrregional* (CDU, 1975). Ademais, há textos sobre os Centros Sociais Urbanos, fazendo propaganda da política desenhada ao nível federal, e sobre o lazer urbano. Bem como, sobre o planejamento urbano, segundo as especificidades amazônicas e da urbanização de fronteira (STRAUSS FILHO, 1975).

³⁴ É um economista polonês, naturalizado francês, graduou-se no Brasil. Conhecido como ecossocioeconomista, por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

³⁵ Para discussão detalhada ver: Costa (1992).

Por fim, há um texto discutindo a questão de pensar o corpo/estrutura urbana como uma totalidade – isto é, simultaneamente urbanística, geográfica, física, social, econômica – para a prática do planejamento (ANDRÉS, 1975). Este texto, inclusive, explicita uma crítica ao estilo de planejamento vigente e propõe abertura a outros *planejamentos e outros sujeitos*:

Muitas vezes, as soluções populares adotadas em loteamentos de periferia e no parcelamento rural conseguem captar com clareza potenciais e utilizá-los convenientemente, o que faz sugerir que um estudo mais extenso e aprofundado da antropologia do espaço revelará novos e importantes conhecimentos para o planejador, frequentemente ofuscado por visões e padrões transplantados arbitrariamente. O contexto sociocultural e o jogo de forças em sentidos e direções diversas produzem um mosaico urbano rico e diversificado que uma visão centralizada e globalizante raramente consegue reproduzir: fato que não deixaria de ser um argumento forte a favor de descentralização dos poderes do planejamento urbano, para que eles não se disponham, como frequentemente acontece, a implementar normas e padrões repressivos sobre os legítimos atores/usuários da linguagem e do espaço urbano (ANDRÉS, 1975, p.20).

Em relação ao *referencial teórico utilizado nos textos*, construímos, para sintetizar, uma nuvem de palavras com os sobrenomes das referências que possuem ao menos duas citações³⁶ (Figura 5). Quanto maior o tamanho do sobrenome na imagem, maior é o número de citações. Uma das principais referências foi o livro “Planejamento Regional – Enfoque sobre Sistemas” do holandês Jos G.M. Hilhorst. Destaque também à Josef Barat, do IPEA, que trata da questão do transporte e sua relação com o desenvolvimento.

A partir dos outros sobrenomes dos autores, percebemos a pluralidade de referências e perspectivas, pois há desde latino-americanos – como Sergio Boisier –; poloneses – como Boleslaw Malisz, com as versões francesas de seus livros e artigos –; italianos – como Alberto Rossi –; literatura norte-americana (Walter Isard, John Fridmann, Douglas North); autores brasileiros (Paul Singer e Jorge Wilhelm), bem como documentos e órgãos institucionais, especialmente estaduais (CED e BDMG) e federais (Serfhau).

Destaca-se, ainda, algumas referências que se tornariam canônicas nos estudos críticos urbanos e regionais: David Harvey, Henri Lefebvre, Jane Jacobs

³⁶ Não foi considerado o artigo de Neves (1978) sobre Hardoy por se tratar da discussão exclusiva sobre seu pensamento.

Quadro 4 - Textos sobre a temática setorial pelas especificações, autor, filiação, ano e conteúdo

Temática	Especificação	Título	Autor	Filiação	Ano	Divulgação/Propaganda	
Setoriais	Industrialização	A desconcentração do espaço econômico através de complexos industriais regionais	Paulo Camillo Penna	Secretário de Estado	1975	Sim	
		Descentralização industrial	Hamilton Tolosa	IPEA	1977	Não	
		Os distritos industriais e o planejamento regional	CDI;FJP;INDI		1977	Não	
		A nova industrialização mineira: primeiros resultados	Tarcizio Quirino; Laura Michelis; José Medeiros	FJP	1977	Não	
		A nova industrialização mineira: absorção de mão-de-obra	Tarcizio Quirino; Maria Chagas; José Medeiros	FJP	1978	Não	
		A desconcentração e a descentralização industriais e os desequilíbrios regionais	José Cardoso	CDI-PUC-MG	1979	Não	
		Rumos da política de industrialização do Estado	Carlos Ferreira	FJP-Cedeplar	1979	Sim	
		A industrialização Mineira e os Incentivos Fiscais	Francisco Duarte Filho; Marilena Chaves; Rosamaria Silva	FJP	1979	Não	
		Modernização Administrativa e Finanças municipais	Urbanização Administrativa para o Planejamento Urbano	Josadac Matos	FJP	1976	Não
	Transportes	Papéis dos transportes no desenvolvimento econômico - corredores de exportação	Sistema Administrativo Municipal: um modelo tentativo	Zitta Lima	FJP	1978	Não
			Finanças municipais	Flávio Riani	FJP	1978	Não
			Financiamento e endividamento de prefeituras	José Dias; Tadeu Souza	FJP	1978	Não
	Recursos naturais e natureza	Corredores de exportação - novas considerações	Papel dos transportes no desenvolvimento econômico - corredores de exportação	Paulo Alves	FJP	1976	Não
			Planejamento dos recursos naturais e desenvolvimento regional	Paulo Alves	FJP	1978	Não
		Notas sobre meio ambiente, tecnologia e planos territoriais	Planejamento dos recursos naturais e desenvolvimento regional	José Silva; Athualpa Padilha	FJP	1976	Não
			O papel do reflorestamento no desenvolvimento de regiões deprimidas	Maurício Andrés	CETEC	1977	Não
	Migrações	O processo de urbanização e as migrações internas	Êxodo rural - considerações teóricas	Claudete Arantes	FJP	1979	Sim
			Financiamento do desenvolvimento regional	Estevam Strauss	ILPES	1975	Não
	Financiamento do desenvolvimento regional	Aspectos Financeiros do Desenvolvimento Regional	Êxodo rural - considerações teóricas	Ana Moreira	FJP	1976	Não
			Aspectos Financeiros do Desenvolvimento Regional	Fernando Silva	IPEA	1977	Não

Fonte: elaboração própria.

Quadro 5 - Textos sobre a temática urbano-regional pelas especificações, autor, filiação, ano e conteúdo

Temática	Especificação	Título	Autor	Filiação	Ano	Divulgação/Propaganda	
Urbano-regional	Empírico	Estrutura espacial do Estado de Minas Gerais	Jane Silva; Maria Arruda	FJP	1977	Não	
		A organização regional - das origens à atualidade	Lucien Vochel	França	1977	Não	
	Teórico	A contribuição de Hardoy às políticas urbanas na América Latina	Uso do solo - eficiência e equidade	Luiz Neves	FJP	1978	Não
			Proposições à política nacional de desenvolvimento urbano	Carlos Ferreira	FJP-Cedeplar	1978	Não
			Política urbana: desafios e perspectivas	Adhemar Dutra Junior	FJP	1978	Não
	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	Ouro Preto e Mariana - uma análise da linguagem formal	Política urbana: desafios e perspectivas	Sergio de Azevedo	FJP	1978	Não
			Conservação de Ouro Preto e Mariana	Reinaldo Machado	FJP	1975	Sim
	Microrregional	Aglomerado do Vale do Aço: Integração, desintegração e reintegração regional	Agglomerado do Vale do Aço: Integração, desintegração e reintegração regional	CDU	FJP	1975	Sim
			Siderurgia e desenvolvimento agrícola regional - o projeto açominas	Ricardo Penna	FJP	1979	Não
			Eficácia dos esquemas municipais de incentivos: avaliação para RMBH	Andirana Resende	Técnica Secretária de Estado	1979	Não
	Metropolitano	Edição especial sobre a RMBH	Eficácia dos esquemas municipais de incentivos: avaliação para RMBH	Afrânio Andrade; Anna Penna	Plambel	1975	Não
			Considerações sobre a análise habitacional Sul de Minas	Plambel	Plambel	1976	Sim
	Habitação	O programa de financiamento de lotes urbanizados - uma alternativa habitacional para as classes de baixa renda	Habitação para população de baixa renda	Eduardo Silva	FJP	1977	Sim
			O programa de financiamento de lotes urbanizados - uma alternativa habitacional para as classes de baixa renda	César Medeiros	FJP	1979	Não
			Centros Sociais Urbanos	Sergio de Azevedo; Ricardo Penna	FJP	1979	Sim
	Centros Sociais Urbanos e Lazer	Como se diverte o belo-horizontino	Centros Sociais Urbanos	Heraldo Dutra; Celso Gilberti	Plambel	1976	Sim
			Centros Sociais Urbanos - uma experiência de planejamento democrático	Heraldo Dutra; Celso Gilberti	Plambel	1976	Não
	Planejamento Urbano	Porto Grande, a organização do espaço urbano	Porto Grande, a organização do espaço urbano	Heraldo Dutra; Celso Gilberti	Plambel	1978	Sim
			Notas sobre o corpo urbano de Belo Horizonte	Estevam Strauss Filho	FJP	1975	Sim
			Maurício Andrés	FJP	1975	Não	

Fonte: elaboração própria.

Em relação a *vinculação institucional*, predominaram os técnicos da FJP, seguidos por funcionários de outros órgãos estaduais como CDI, INDI, BDMG, Plambel e Secretarias de Estado. Contudo, também há textos de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada³⁷ (IPEA), do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social³⁸ (ILPES) e de universidades estrangeiras. Já em relação à *formação profissional* dos autores, refletindo o contexto de multidisciplinariedade do planejamento do período conforme aponta Costa (2008), temos engenheiros, sociólogos, bacharéis em direito, arquitetos, filósofos, economistas e matemáticos.

Conclusão

O presente trabalho se insere na literatura que retoma as experiências de planejamento e as trajetórias de institucionalização das políticas urbano-regionais durante o período da ditadura civil-militar. Conforme dito, embora a precocidade da organização da ação estatal mineira seja amplamente discutida na literatura, as suas expressões específicas – como a política urbano-regional – carecem de trabalhos. Aqui foi privilegiada a análise da *Revista Fundação JP*, editada pela Fundação João Pinheiro, que foi a instituição incumbida de realizar os estudos e a produção de estatísticas acerca da realidade socioeconômica de Minas Gerais no sentido de auxiliar o seu desenvolvimento econômico durante a década de 1970, numa longa trajetória de institucionalização do planejamento estatal estadual.

Nesse sentido, dentro da FJP foram estruturados setores específicos para a realização de planos integrados de desenvolvimento local e regional, especialmente o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) e a Diretoria de Planejamento (DP), respectivamente. Uma faceta da atuação destes organismos – e que refletia sua estruturação – foi a publicação por parte de seus técnicos na *Revista Fundação JP*. Assim, a análise da *Revista* possibilita a indicação tanto das filiações teórico-metodológicas quanto dos trabalhos técnicos e planos desenvolvidos pelos técnicos e pesquisadores durante o período em

³⁷ BRASIL, Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro 1967, Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

³⁸ O ILPES é um órgão vinculado à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) voltado para pesquisa, cooperação técnica e formação de pessoal em planejamento, economia e gestão do setor público. Vale destacar que a entrada do ILPES no “mercado” brasileiro, com a prestação dos serviços de consultoria anteriormente mencionados, foi exatamente o estudo contratado pelo Estado de Minas Gerais, com o convênio entre Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), BDMG e ILPES, que originaram tanto o “Bases para uma estratégia de desenvolvimento”, de 1969; quanto das “Regiões para fins de programação”, em 1970. Ambos os documentos foram os subsídios para a elaboração do I PMDES.

tela. Isso é ainda mais evidente, pois na *Revista* houve o predomínio da filiação institucional dos autores com a FJP e outras instituições estatais estaduais nas publicações.

Todavia, é possível perceber nuances, especialmente com textos mais críticos e inovadores por parte dos técnicos do CDU e do Plambel, enquanto textos mais pragmáticos e até mesmo defensores do regime e/ou do “modelo” mineiro de desenvolvimento, por parte dos Secretários de Estado e convidados de outras instituições, especialmente do BDMG.

Além disso, a partir da análise dos artigos publicados, identificamos dois momentos que refletem a ação e a estruturação da problemática urbano-regional no estado. O primeiro, marcado pela organização da temática dentro da FJP, e com maior peso da questão metropolitana que perdurou de 1971 até 1974, período coincidente que o Plambel (Plano Metropolitano de Belo Horizonte) esteve vinculado à FJP. Um segundo momento – entre 1975 até 1979 – de consolidação e prestígio da produção de planos locais e regionais de desenvolvimento, dado o contexto nacional do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e refletido, também, no contexto estadual pelo II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (II PMDES).

Ademais, notamos, durante toda a década de 1970, que paira uma preocupação mais geral acerca do planejamento e sua efetividade, bem como discussões sobre como torná-lo mais realizável, além de preocupações com a necessidade de participação social e das populações-alvo dos planos.

Do ponto de vista do referencial teórico presente nos artigos, observamos a contemporaneidade da produção utilizada, bem como a pluralidade de referências utilizadas. As influências foram além do campo canônico da economia regional e urbana e das teorias de planejamento, pois verificou-se o peso das influências latino-americanas e europeias (notadamente francesas) e de autores críticos (por exemplo, David Harvey, Henri Lefebvre). Assim, é possível depreender a importância da compreensão das especificidades locais e regionais que os autores procuravam incorporar em seus estudos técnicos, sobretudo pela inclusão de uma miríade de referências de estudos de outras realidades nacionais e regionais.

Em síntese, a diversidade de temas, das formações profissionais dos autores, da abertura para debates entre os artigos produzidos, da preocupação com a dimensão social e participativa dentro do planejamento, em especial urbano-regional, revelam como a *Revista Fundação JP* foi muito além de um mecanismo de propaganda das ações do Governo Estadual de Minas Gerais.

Em outras palavras, a *Revista* serviu como meio de difusão teórica e de institucionalização da problemática do planejamento e da política urbano-regional, particularmente em Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, José. “O papel dos sociólogos no planejamento e a sociologia do planejamento no papel”. *Revista Fundação JP*. Vol.6, N.8, pp.24-27, 1976.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de; CINTRA, Antônio Octavio. “Planejamento: Reflexões sobre uma experiência estadual”. In: Antônio Octavio Cintra; Paulo Roberto Haddad. (Org.). *Dilemas do Planejamento Urbano e Regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANDRÉS, Maurício. “Notas sobre o corpo urbano de Belo Horizonte”. *Revista Fundação JP*. Belo Horizonte: FJP, Vol.5, N. 4, pp.13-20, 1975.

ANDRÉS, Maurício. Notas sobre meio ambiente, tecnologia e planos territoriais. *Revista Fundação JP*. Belo Horizonte: FJP, Vol.7, N.6, pp.18-20, 1977.

ARANTES, Claudete. O papel do reflorestamento no desenvolvimento de regiões deprimidas. *Revista Fundação JP*. Belo Horizonte: FJP, Vol.9, N.11, pp.839-846, 1979.

AZEVEDO, Sérgio. Política urbana: desafios e perspectivas. *Revista Fundação JP* .8, N.8, pp.11-16, 1976.

BACELAR, Tânia. ‘Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências’, 2000.

BATISTA, Felipe; BARBOSA, Lidiany; GODOY, Marcelo “Transportes, modernização e formação regional-Subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940” *Revista de História Regional*, v.17, n.1,2012.

BDMG, Diagnóstico da Economia Mineira, 1968.

BDMG; CED; ILPES. “Diretrizes da estratégia do desenvolvimento; visão qualitativa e quantitativa”. Conselho Estadual do Desenvolvimento. Gabinete de Planejamento e Controle, 1970.

BRITO, Fausto. “O Estado Tutelar: O INDI na Experiência Mineira de Industrialização na Década de 70”. In PAIVA, Paulo (Org). *Minas em Questão, Ensaio econômico*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p.55-68, 1988.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. “Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil”. Seminário sobre a Economia Mineira, p.249-272, 1995.

CANO, Wilson. ‘Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005’. Editora Unesp. 2007.

CDU, “Conservação de Ouro Preto e Mariana: problema a ser resolvido fora dos núcleos”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.5, N.5, pp.2-10, 1975.

CED; BDMG; ILPES. “A rede de transportes de Minas e a integração do seu espaço econômico”. Revista Fundação JP, v1, n1, 1971.

CED; BDMG; ILPES. Bases para uma estratégia de desenvolvimento, 1969.

CED; BDMG; ILPES. Regiões para fins de programação, 1970.

CEMIG. “A CEMIG e o Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais 1952-1974”, 1971.

CINTRA, Antônio. “Planejamento Compreensivo: nota crítica e esboço de contra-proposta’. Revista Fundação JP, Vol.5, N.11, pp.20-23, 1975.

COELHO, Paulo. “Processo de Urbanização e Visão Histórica de BH”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.2, N.4, pp.42-48, 1972.

COSTA, Geraldo. Impacto de grandes projetos industriais: desorganização/reorganização espacial dos processos econômicos e populacionais. Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), p. 43-63, 1992.

COSTA, Geraldo. “Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar”. In: Costa, G.M.; Mendonça, J. G. de. (Org.). Planejamento urbano no Brasil. 1ed. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p.68-81, 2008.

CURI, Walter. “Planejamento regional - um enfoque”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.2, N.3, pp.70-75, 1972.

DANTAS, Jorge. “Estrutura intra-urbana do ponto de vista físico-territorial”. Revista FundaçãoJP. Vol.4, N.1, pp.32-37, 1974.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. “O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização”. Sociedade & Natureza, v. 17, n. 33, 2005.

DINIZ, Clélio. “Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira” UFMG/PROED, 1981.

DULCI, Otávio. “Política e recuperação econômica em Minas Gerais”. Editora UFMG, 1999.

DUTRA JÚNIOR, Adhemar. Proposições à política nacional de desenvolvimento urbano. Revista Fundação JP. Vol.8, N.3, pp.26-31, 1978.

EAKIN, Marshall. Tropical Capitalism: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil, 1897-1997. Springer, 2002.

FARIA, Rodrigo. “O planejamento urbano no Brasil entre a democracia e o autoritarismo: uma interpretação em quatro dimensões” In Leme, M. (org). Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960. São Paulo; Annablume, 2019.

FELDMAN, Sarah. “O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista” In Leme, M. (org). Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960. São Paulo; Annablume, p.99-128, 2019.

FELDMAN, Sarah. “Um ciclo de institucionalização do urbanismo no Brasil” In Feldman, Sarah (org.) Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979 São Paulo. Annablume, 2021.

FERREIRA, Carlos. Uso do solo - eficiência e equidade. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.8, N.11, pp.2-8, 1978.

FERREIRA, Carlos Maurício. “O planejamento revisto”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.9, N.5, pp.280-284, 1979.

FERREIRA, Mauro. Planejamento urbano nos tempos do Serfhou: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.

FJP, “Revista Fundação JP”. Belo Horizonte: FJP, Vol.1, N.1, 1971.

FJP, “A Trajetória do BDMG: imagens de um projeto para Minas”. Belo Horizonte, 1997.

FORTUNA, Affonso; AZEVEDO, Antônio. “Avaliação preliminar no planejamento urbano”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.3, N.3, pp.75-80, 1973.

FREITAG, Patrícia; FARIA, Rodrigo. “Pensar Brasília e o Distrito Federal: entre o planejamento urbano-regional e o planejamento nacional (1966-1975/1984)” Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.13, 2021.

FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeito, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GODOY, M. M.; BARBOSA, D. H. D.; BARBOSA, L. S. Da arte de conhecer as doenças: o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. *Nova Economia*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2011.

GODOY, Marcelo. “Minas Gerais na república: atraso econômico, estado e planejamento” *Cadernos da Escola do Legislativo*, v.11, n.16, 2009.

GODOY, Marcelo; BARBOSA, Lidiany; BARBOSA, Douglas. “Elites modernas na transição para a periferia do capitalismo periférico”. *Economia e Sociedade*, v. 24, p. 481-507, 2015.

GOMES, Ana. “Fundação João Pinheiro na Década de 1970: Projetos de desenvolvimento em disputa”. In Shikida, A.M.. *Fundação João Pinheiro 50 anos de história e memória: trajetórias, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, p.55-85, 2022.

HADDAD, Paulo. “Pragmatismo e Planejamento Simbólico”. *Revista Fundação JP*, Vol.5, N.11, pp.25-26, 1975.

HADDAD, Paulo. “Os economistas e a concentração de poder”. *Revista Fundação JP.*, Vol..8, N.3, pp.2-7, 1977.

HIRSCHMAN, Albert. “The strategy of economic development”, 1958.

JAYME JR, Frederico Gonzaga; CERQUEIRA, Hugo Eduardo A. Gama. *Bancos estaduais e federalismo: um estudo dos bancos mineiros*. Anais do VII Seminário sobre Economia Mineira, 1996.

LACERDA, Gabriel do Carmo. *Desenvolvimento e Planejamento Estadual em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. IPPUR-UFRJ, 2019.

LAMOUNIER, Teodoro. “O planejamento de cidades em face da urbanização acelerada”. *Revista Fundação JP*, Vol.2, N.2, pp.74-79, 1972.

LAMOUNIER, Teodoro. “O planejamento urbano em vista das necessidades de Minas”. *Revista Fundação JP*, Vol.3, N.1, pp.48-57, 1973.

LOPES, Miguel; GODOY, Marcelo. “Estado, transportes e desenvolvimento regional: a era rodoviária em Minas Gerais, 1945-1982” *História Econômica & História de Empresas*, v.22, n.2, 2019.

MACHADO, Reinaldo. “Ouro Preto e Mariana - uma análise da linguagem formal”. *Revista Fundação JP*. Belo Horizonte: FJP, Vol.5, N.1, pp.14-20, 1975.

MEDONÇA, Jupira. Programa Estatal de Cidades Intermedias de Minas Gerais - la falacia de las políticas urbanas en Brasil. Maestria. UNAM, México, 1990.

MINAS GERAIS. "I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social - Diretrizes". Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

MINAS GERAIS. "Diretrizes Básicas do II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social". Revista FundaçãoJP.Vol.5, N.6, pp.2-11, 1975.

MONTE-MÓR, Roberto. "Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira". In Costa, G; Mendonça, J. Planejamento urbano no Brasil - Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto; DRUMMONT, Júlio. "Uma área metropolitana sem metrópole". Revista Fundação JP., Vol.2, N.1, pp.21-31, 1974.

MONTE MÓR, Roberto; PAULA, João Antônio. "As três invenções de Belo Horizonte". Anuário Estatístico de Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 1, p. 27-49, 2001.

MOREIRA, Ana. Êxodo rural - considerações teóricas. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.6, N.7, pp.21-28, 1976.

NEVES, Luiz. "A contribuição de Hardoy às políticas urbanas na América Latina". Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.8, N.2, pp.2-14.1978.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Autoritarismo e crise fiscal no Brasil, 1964-1984. Editora Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para um Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAULA, João Antônio. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. Pesquisa & Debate, v.15, n.2, 2004.

PAULA, João Antônio. "Instituições de Planejamento e de Desenvolvimento de Minas Gerais - 55 Anos do BDMG, 50 Anos do Cedeplar". 1 ed. Belo Horizonte:2 Linhas, 2017.

PENNA, Paulo Camilo. "Fatores de desenvolvimento e economia da inteligência". Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.2, N.3, pp.29-31, 1972.

PEREIRA, Camila A. João Pinheiro da Silva: organização nacional e dinâmica econômica (1890-1908). Campinas: IE/UNICAMP, 2016.

POSADA, Jorge. “Planejamento e estrutura social”. Revista Fundação JP, Vol.6, N.4, pp.19-20, 1976.

RAMALHO, Arthur. “Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, nos anos 1970: profissionais do desenvolvimento urbano e do patrimônio histórico” In Feldman, S. (org.) Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979. São Paulo: Annablume, 2021.

REIS, Fernando Roquette. “Experiência mineira 71/72 - resposta a um desafio”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.2,N.3,pp.18-20, 1972.

SHIKIDA, Aparecida M. Fundação João Pinheiro 50 anos de história e memória: trajetórias, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 2022.

SILVA, Eduardo; POMPERMAYER, Maria. “Vila Rondônia, exemplo de urbanização de fronteira”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.4, N.2,pp.21-28, 1974.

SILVA, Fernando. Aspectos financeiros do desenvolvimento regional. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.7, N.3,pp.3-7, 1977.

SILVA, Jane; ARRUDA, Maria. “Estrutura espacial do Estado de Minas Gerais”. Revista Fundação JP., Vol.7, N.2, pp.2-11, 1977.

SINGER, Paul. “Capítulo 5 - Belo Horizonte” In: SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana”. Companhia Editora Nacional, 1977, p.199-270.

SIQUEIRA, Jack, “Planejamento e desenvolvimento em Minas. Armazém de Idéias”, 2001.

SOARES, Helena. “1970 a 1973 - O desenvolvimento e planejamento centralizado e a inserção da Fundação João Pinheiro no Governo do Estado de Minas Gerais - A consolidação de um projeto”. In Shikida, A.M.. Fundação João Pinheiro 50 anos de história e memória. Belo Horizonte: FJP, p.37-54, 2022.

STRUASS, Estevam. O processo de urbanização e migrações internas. Revista Fundação JP., Vol.5,N.9,pp.24-27, 1975.

STRAUSS FILHO, Estevam. “Porto Grande, a organização do espaço urbano”. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.5, N.2, pp.4-8, 1975.

TAVARES, Jefferson. “Planejamento federal dos anos 1930 aos anos 1970: funções regionais das cidades e a organização do território nacional” In Feldman, S. (org.) Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979. São Paulo. Annablume, 2021.

TONUCCI FILHO, João. Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do Plambel e do PDDI-RMBH. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2012.

VERRI, Fernanda. O planejamento urbano integrado e a atuação do Serfhau no Rio Grande do Sul (1964-1975). Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2014.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. Planejamento urbano no Brasil: a experiência do Serfhau enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VOCHEL, Lucien. A organização regional – das origens à atualidade. Revista Fundação JP. Belo Horizonte: FJP, Vol.7, N.3, pp.13-19, 1977.

Artigo recebido para publicação em 05/05/2023

Artigo aprovado para publicação em 21/07/2023